



Nova eleição após perda de mandato será debatida terça

Projeto está na pauta da Comissão da Reforma Política, que votará outros três textos e começará a analisar propostas conjuntas do Senado e da Câmara dos Deputados

A primeira proposta a ser votada na reunião de terça-feira prevê novas eleições se o eleito para cargo majoritário (prefeito, governador, senador e presidente) for cassado ou perder o mandato por qualquer outro motivo. Os outros três projetos que constam da pauta

tratam da distribuição do tempo de TV e rádio entre os partidos, do acesso ao Fundo Partidário e da redução nos custos das campanhas. O relator da comissão, Romero Jucá, disse que as conversas com os deputados estão em andamento em busca de consenso sobre as propostas. 5

Votação sobre maioria deve ser definida por líderes

Líderes partidários vão decidir como será feita no Senado a análise da redução da maioria penal, informou o presidente da

Casa, Renan Calheiros. Proposta que reduz a maioria de 18 para 16 anos em caso de crimes hediondos pode ser desarquivada. 5



Renan pretende criar uma comissão especial para debater leis para menores



Otávio Nogueira

Verbas para irrigação podem ser prorrogadas

Proposta que estende até 2028 destinação de recursos federais para irrigação no Nordeste e no Centro-Oeste passou ontem pela primeira sessão de discussão no Plenário do Senado. O texto integra a lista de prioridades do pacto federativo que devem ser votadas antes do início do recesso, no dia 18. 3

A aprovação da proposta vai beneficiar projetos de irrigação como os de plantações que utilizam o Rio Cocó, em Fortaleza

Legalização simplificada de documento é aprovada 2

Senado ouve cidadão sobre transparência de estatais 4

Senadores pedem melhoria no registro de agrotóxicos

Senadores da Comissão de Agricultura sugeriram ontem em debate a centralização do processo de registro de agrotóxicos. Hoje os agroquímicos são avaliados por Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura antes da liberação. Além disso, falta pessoal especializado para analisar os novos pedidos de registros, que cresceram cerca de 70% nos últimos anos. 6

Comissão de Relações Exteriores aprova Lei de Migração



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A proposta substitui o Estatuto do Estrangeiro, adotado durante o regime militar. O objetivo é regulamentar a entrada de estrangeiros no Brasil e criar normas de proteção ao emigrante brasileiro. Se não houver recurso para votação em Plenário, o texto, do senador Aloysio Nunes Ferreira, segue para análise da Câmara dos Deputados. 8

Senadores Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia à mesa da reunião em que nova regra foi aprovada

Senado Notícias no Facebook chega a 500 mil seguidores 2

Avança PEC que considera transporte direito social 3

Brasil quer ampliar negócios com o Japão e a Rússia 7

Pesquisa FGV comprova
Senado é 100% transparente

SENADO FEDERAL



Conforme a pesquisa Estado Brasileiro e Transparência, da Fundação Getúlio Vargas, o Senado atendeu a 100% dos pedidos de informação no mais abrangente estudo feito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Senado aprova legalização simplificada de documentos

Atestado de legalidade emitido por autoridade brasileira garantirá validade imediata a documentos nacionais no exterior e a papéis estrangeiros no Brasil, adequando o país a convenção internacional

O SENADO APROVOU ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 208/2015, que trata da convenção sobre a eliminação da exigência de legalização dos documentos públicos estrangeiros, celebrada em Haia, na Holanda, em 1961. A proposta, que havia sido aprovada pela manhã na Comissão de Relações Exteriores, segue agora para promulgação.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, entre os grandes países, apenas o Canadá e a China, além do Brasil, não aderiram a esse acordo, que simplifica o processo de legalização de documentos brasileiros destinados a produzir efeitos no exterior e de documentos estrangeiros destinados a valer no Brasil.

Atualmente, segundo o Secretariado da Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado, na América Latina, apenas Bolívia, Cuba, Guatemala e Haiti não iniciaram o processo de adesão. Chile e Paraguai estão em estágio avançado de adesão.

Com a concordância do Brasil, o instrumento de legalização dos documentos será a Apostila, uma espécie de atestado de legalidade emitido por autoridade competente brasileira. Os documentos apostilados passarão a ter validade imediata em todos os demais 105 Estados-parte da convenção. Ao mesmo tempo, passarão a ser aceitos, no Brasil, documentos estrangeiros contendo Apostila emitida por um desses países.

Custo reduzido

A Apostila reduz o tempo de processamento e os custos para cidadãos e empresas, economizando também recursos públicos. Atualmente, documentos brasileiros a serem usados no exterior são submetidos a processo de "legalizações em cadeia", passando por várias etapas, por diferentes instâncias governamentais e paraestatais, cabendo a última etapa nacional ao Ministério das Relações Exteriores.

Conhecido como Convenção

da Apostila, esse é um dos acordos plurilaterais surgidos na Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado. Com o avanço da tecnologia, sistemas digitais de Apostila Eletrônica (e-Apostille) foram padronizados e já desenvolvidos por diversos países.

Os documentos que poderão contar com apostilamento são os provenientes de autoridade ou agente público vinculados a qualquer jurisdição do Estado. Também entram no rol documentos administrativos, atos notariais e declarações oficiais incluídas em documentos de natureza privada, como certidões que comprovem o registro de um documento ou sua existência e reconhecimentos de assinatura.

Entretanto, a convenção não se aplica aos documentos emitidos por agentes diplomáticos ou consulares e aos documentos administrativos diretamente relacionados a operações comerciais ou aduaneiras.

(Com Agência Câmara)



Senadores debatem projeto na sessão de ontem: texto que será promulgado institui a Apostila, um atestado de legalidade

Parlasul discute operações do BNDES fora do país

A concessão de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a projetos no exterior e as relações do Brasil com a América Latina dominaram o debate entre o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e a Representação Brasileira no Parlasul quarta-feira. O embaixador defendeu esse tipo de operação.

Ele argumentou que as empresas brasileiras, independentemente de atuarem no território nacional ou fora do Brasil, devem receber apoio. Justificou que mesmo quando elas tocam projetos no exterior, remetem os lucros para o país. As explicações não convenceram o presidente da Representação Brasileira no Parlasul, Roberto Requião

(PMDB-PR). Para ele, não tem cabimento, por exemplo, o BNDES conceder esses empréstimos a juros mais baixos do que os cobrados no Brasil.

— Eu acho um empréstimo comercial para uma empresa brasileira investir no exterior perfeitamente admissível. O que não é admissível é que um juro baixíssimo, estabelecido pra criar desenvolvimento no Brasil, seja dado a uma empresa brasileira pra investir fora do Brasil — afirmou o senador.

A representação tem a função de analisar e dar parecer sobre todas as matérias de interesse do bloco regional que venham a ser submetidas à análise do Congresso, além de promover audiências com entidades da sociedade civil e examinar propostas encaminhadas pelo Parlasul.

(Com Rádio Senado)



Ao lado de Arlindo Chinaglia e Requião, Guimarães defende empréstimos



Com conteúdo adaptado, número de leitores cresceu 428% em um ano

Página Senado Notícias do Facebook alcança marca de 500 mil seguidores

Criada em agosto de 2010, a página Senado Notícias no Facebook chegou a meio milhão de seguidores quarta-feira. A página traz notícias sobre projetos, debates no Senado, além de informações sobre leis em vigor e formas de o cidadão participar do processo legislativo.

Segundo ranking do site SocialBakers, é a 15ª maior

página de governo no Brasil.

— Esse resultado demonstra que a Comunicação está no caminho certo no sentido de oferecer informação em formatos e veículos diversificados sobre o trabalho do Senado na votação de leis, nas discussões que afetam a vida do país — afirmou Virgínia Galvez, diretora da Secretaria de Comunicação.

Em posse da presidente do PCdoB, Renan destaca papel do partido

O presidente do Senado, Renan Calheiros, compareceu na quarta-feira à posse da nova presidente do PCdoB, deputada federal Luciana Santos (PE), no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. A parlamentar sucede Renato Rabelo, após 13 anos de gestão. Luciana é a primeira mulher a presidir o PCdoB.

Renan enfatizou o papel do partido na construção da democracia e manifestou satisfação por estar testemunhando a evolução de uma legenda "que foi e tem sido fundamental" para a história do país. Ele acrescentou que o PCdoB continuará fundamental para os avanços que a sociedade brasileira cobra.

Entre as propostas de Luciana, estão a defesa da democracia e do mandato da presidenta Dilma Rousseff; a defesa da Petrobras como patrimônio nacional; a luta pelas reformas política e tributária; e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Além de Renan, participaram da posse o presidente da República em exercício, Michel Temer; o presidente da Câmara, Eduardo Cunha; e os senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM, líder do partido no Senado), Humberto Costa (PT-PE) e Eunício Oliveira (PMDB-CE), entre outros parlamentares.

(Da assessoria de imprensa da Presidência do Senado)

CORREÇÃO

Diferentemente do que consta na pág. 7 de ontem, o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 3/2015 não foi aprovado na CMO nem tramita em caráter conclusivo. Ainda há um destaque para conclusão da votação e todo PLN obrigatoriamente tem que ir ao Plenário do Congresso.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



ASSASSINATO DE JOVENS Audiência
8h30 A CPI do Assassinato de Jovens realiza audiência em Boa Vista com participação da governadora Suely Campos.

PLENÁRIO Sessão de discursos
9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta beneficia irrigação no semiárido

Plenário do Senado começou a analisar texto que prorroga até 2028 a destinação preferencial de recursos federais do setor para projetos no Nordeste e no Centro-Oeste



**PACTO
FEDERATIVO**

O SENADO FEZ na noite de quarta-feira a primeira sessão de discussão de proposta que garante a projetos no Nordeste e no Centro-Oeste, até 2028, a destinação preferencial de recursos federais voltados para a irrigação.

A PEC 78/2013 integra a lista de propostas escolhidas pela Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo (Ceapf) que devem ser votadas antes do recesso parlamentar, com início marcado para o dia 18.

A Constituição de 1988 determinou que 20% dos recursos da União destinados à irrigação deveriam ser aplicados no Centro-Oeste e outros 50% no Nordeste, de preferência no semiárido. O prazo inicialmente estipulado para a validade da norma era outubro de 2003.

Porém, em abril de 2004, a Emenda Constitucional 43 prorrogou o prazo por mais



Se for aprovada pelos senadores, a proposta de emenda à Constituição poderá ser promulgada porque já passou pela análise da Câmara dos Deputados

dez anos, o que se esgotou em outubro de 2013. Desde então, a União não é mais obrigada a dar prioridade para a irrigação do Centro-Oeste e do Nordeste. Caso a nova prorrogação seja aprovada, a norma valerá até outubro de 2028.

O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Walter Pinheiro (PT-BA), argumenta que a irrigação viabiliza a agricultura — especialmente a familiar —, a segurança alimentar e a geração de renda,

contribuindo ainda para a fixação do homem no campo, tanto no Centro-Oeste como no Nordeste.

A medida, afirma o senador, levaria à construção de estruturas como barragens e canais para captação e condução de água, ajudando a regularizar a oferta. Segundo Pinheiro, a norma constitucional é importante para a redução de desigualdades sociais e regionais.

— Essa matéria é um pleito de todos os governadores

do Nordeste, é uma peça muito importante — disse o parlamentar.

Elmano Férrer (PTB-PI) afirmou que o projeto será uma resposta concreta a uma reivindicação antiga dos prefeitos

Ana Amélia (PP-RS) também apoiou a proposta:

— É uma resposta que a Casa dará às prefeituras municipais — afirmou, ao sugerir que o Senado priorize uma “agenda de interesse de municípios e estados”.

A PEC ainda terá de passar por mais quatro sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno pelo Plenário do Senado. Depois serão mais três sessões de discussão para que seja analisada em segundo turno.

Caso seja aprovada pelo Senado, a PEC estará pronta para ser promulgada. Isso porque a Câmara dos Deputados já aprovou em dezembro de 2013 a medida apresentada em 2009 pelo deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT).



Metrô de Brasília: proposta altera Constituição para incluir nova garantia

PEC que inclui transporte nos direitos sociais pode ser votada

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 74/2013, que inclui o transporte entre os direitos sociais previstos na Constituição, passou ontem pela quinta e última sessão de discussão. Com isso, o texto já pode ser votado em primeiro turno no Plenário. A autora é a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), e o relator, o senador Alvaro Dias (PSDB-SP).

Outras PECs tiveram a tramitação avançada ontem. A PEC 71/2011 passou pela segunda sessão de discussão. O texto permite a indenização a quem possui títulos de domínio de terras indígenas expedidos até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Trata-se de uma ten-

tativa de resolver conflitos entre brancos e índios por causa da expropriação e da desapropriação de terras.

O caminho para aprovação de uma emenda constitucional é longo. As PECs precisam passar por cinco etapas de discussão para serem votadas em primeiro turno. Depois disso, serão mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Para aprovação, são necessários votos de 49 senadores.

A pauta do Plenário segue trancada por duas medidas provisórias: a 672/2015, que trata da política de reajuste do salário mínimo, e a 673/2015, que, entre outras providências, dispensa os tratores de emplacamento.

Na pauta, reajuste do mínimo e registro de trator

Os senadores vão analisar nos próximos dias a MP 672/2015, que, além de manter as atuais normas para o reajuste do salário mínimo entre 2016 e 2019, estende essas regras para a correção dos benefícios da Previdência Social superiores ao mínimo. A mudança foi aprovada pelos deputados.

Na semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recomendou equilíbrio com a questão fiscal e bom senso na análise da proposta, que chegou ao Senado anteontem.

— Essa decisão cria, sem dúvida, uma oportunidade para que nós possamos aprofundar o debate da Previdência, conhecer qual é a sustentabilidade e a questão atuarial — disse.

A MP estabelece que o reajuste anual do mínimo deve ter como base variação do INPC no ano anterior, acrescida da taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Atualmente o mínimo é de R\$ 788. A MP tranca a pauta do Senado e perde a validade em 7 de agosto próximo.

Outra medida em pauta é a que isenta de licenciamento e de emplacamento máquinas agrícolas e veículos usados para puxá-las. A MP 673/2015 também tem prioridade de votação e perde a validade em 14 de agosto. Pelo texto, esses veículos produzidos a partir de 2016 serão registrados sem custo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e serão isentos do seguro obrigatório. A medida também passa de infração leve para gravíssima dirigir na faixa exclusiva para ônibus e fazer transporte pirata.

Paim defende regra do mínimo para aposentados

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação da MP 672/2015, que mantém até 2019 a atual política de reajuste do salário mínimo e, após emenda aprovada pela Câmara, estende a regra às aposentadorias e pensões.

Segundo ele, o governo calcula impacto de R\$ 9 bilhões no Orçamento. O senador lembrou que a nova fórmula não gera despesa extra, uma vez que 80% dos benefícios equivale a um salário mínimo, que já recebe o reajuste pela inflação mais o PIB.

Alvaro Dias critica o segundo mandato de Dilma

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Para o senador, esse semestre deixou evidente que o governo é incompetente. Ele lembrou que recente pesquisa mostrou recorde histórico de impopularidade.

— É um governo que não sabe o que fazer com o país. Além dos indicadores negativos, a população, decepcionada com o calote eleitoral que sofreu, depara-se com revelações que envergonham as famílias — disse.

Gleisi condena adesivo por ofensa à presidente

Em discurso ontem, Gleisi Hoffmann (PT-PR) manifestou indignação com o conteúdo de um adesivo, que estava à venda na internet, ridicularizando a presidente Dilma Rousseff. A senadora informou que a venda foi suspensa devido ao repúdio da sociedade.

— Não há posição política que justifique essa atitude. É um desrespeito a todas as mulheres, mães, avós, filha e também ao Brasil na medida em que agride sua representante — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado consulta cidadão sobre Lei de Responsabilidade das Estatais

Sociedade pode opinar, até 15 de julho, sobre o anteprojeto da proposta que estabelece regras mais rígidas para empresas públicas. Entre os temas da pesquisa do DataSenado, novas normas para licitações e exigências para ocupar cargo de direção

O SENADO ABRIU enquete para conhecer a opinião da sociedade sobre proposta de fixar em lei regras mais rígidas que garantam melhor governança e transparência às empresas estatais.

Um anteprojeto da Lei de Responsabilidade das Estatais (LRE) foi apresentado no início de junho pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha. Em seguida, foi instalada uma comissão mista do Congresso, presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que avaliará o texto para aprimorá-lo e transformá-lo num projeto de lei.

Entre as exigências previstas no anteprojeto, estão a criação de comitês de auditoria, de riscos e de remuneração; a comprovação de cinco anos de experiência para integrar conselho de administração ou ocupar cargo de direção; vedação à participação no conselho de agentes políticos e servidores de alto escalão do Executivo; submissão ao exame do Senado dos indicados a presidente; e regras mais rígidas para a edição de regulamento próprio de licitações e contratos.

Todos esses pontos são objeto da consulta aberta à sociedade por meio do DataSenado até 15 de julho. Em sete perguntas, o cidadão pode dizer se a lei é necessária ou não e opinar



Jereissati preside a comissão que elaborou o texto e deputado Arthur Oliveira Maia fará o relatório

sobre pontos como as exigências para a ocupação de cargos em estatais e as regras para licitações dessas empresas.

Até ontem, a enquete registrava mais de 1,5 mil participações, com 97% a favor de que o Congresso crie o projeto sobre a transparência das estatais.

Renan avalia que uma lei para as estatais responde às cobranças da

sociedade, diante das denúncias envolvendo empresas como a Petrobras.

— Com a enquete, levamos a proposta aos brasileiros, que podem colaborar com o projeto da Lei de Responsabilidade das Estatais.

Participe da enquete:
<http://bit.ly/enqueteEstatais>

CPI do Assassinato de Jovens vai a Roraima para audiência pública

A CPI do Assassinato de Jovens realizará audiência na Assembleia Legislativa de Roraima hoje, às 8h30, para discutir o problema da violência contra a juventude no estado. A sugestão foi de Telmário Mota (PDT-RR).

Estão convidados os chefes dos três Poderes estaduais: a governadora Suely Campos, o presidente da assembleia, Jalser Renier, e a procuradora-geral de Justiça, Elba Amarante.

Devem comparecer os secretários estaduais de Segurança Pública, João Batista Campelo, e de Educação, Selma Mulinari; o presidente da seccional roraimense da OAB, Jorge Fraxe, e o juiz Parima Veras, da Vara da Infância de Boa Vista.

Em outra audiência pública, na segunda-feira, a CPI receberá representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Também participará o delegado Orlando Zaccane D'Elia Filho, da Polícia Civil do Rio de Janeiro. A reunião será às 19h30.

Ambas as audiências serão interativas, com possibilidade de participação da sociedade. Os interessados podem enviar as perguntas pelo Portal e-Cidadania ou pelo Alô Senado (0800 612211).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Projeto incentiva empresa a descartar resíduos adequadamente

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve votar na terça-feira projeto de lei criando incentivos fiscais para empresas que encaminharem o lixo resultante de seus produtos para reciclagem ou descarte correto.

Esse sistema, chamado logística reversa, está previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos. O fabricante de uma televisão, por exemplo, é responsável, com o consumidor e a loja que vendeu o produto, pela reciclagem do material e pela destinação adequada do objeto quando a vida útil acabar.

A votação ocorrerá poucos dias depois de o Plenário do Senado ter aprovado e enviado à Câmara o PLS 425/2014, do ex-senador Cícero Lucena, que amplia o prazo para os municípios acabarem com os lixões.

Pelo projeto na pauta da CMA (PLS 403/2014), fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes poderão deduzir — até o limite de 4% do Imposto de Renda devido — gastos com sistemas de logística reversa. As atividades que poderão resultar em deduções incluem implantação de postos de entrega de resíduos sólidos, coleta e transporte até a reciclagem, reaproveitamento e destinação adequada.

O projeto amplia benefícios hoje concedidos a parte do segmento da logística reversa, como o direito das indústrias a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de resíduos sólidos utilizados como matéria-prima nos produtos.



De acordo com a proposta em análise na comissão, empresas poderão deduzir gastos com logística reversa até o limite de 4% do Imposto de Renda devido

Vantagens fiscais também deverão alcançar resíduos comprados de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, enquanto hoje se restringem a produtos adquiridos diretamente de cooperativas de catadores de recicláveis.

Passagens aéreas

A pauta de votações da CMA inclui ainda o PLS 101/2015, de autoria de Reguffe (PDT-DF), que estabelece indenizações de 10% a 100% do valor da passagem aérea ao consumidor que enfrentar mais de quatro horas de atraso no voo. A proposta altera o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), que, atualmente, obriga a empresa aérea apenas a realocar o passageiro em outro voo ou devolver o valor da passagem.

As únicas hipóteses previstas no PLS 101/2015 para livrar as companhias dessa indenização são atraso, cancelamento e interrupção de voo decorrente de problemas meteorológicos. E, ainda assim, se devidamente comprovados pelos órgãos competentes, segundo emenda de redação do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Outra proposta a ser votada pela CMA, na próxima semana, é o PLS 213/2014, de Eduardo Amorim (PSC-SE), que abre a possibilidade de aplicação de multas em valor proporcional ao número de reclamações contra prestadora de serviço de telecomunicação e as proíbe de comercializar novas linhas telefônicas.

A intenção do senador foi impor à agência reguladora a avaliação das empresas de telecomunicações “pela ótica dos usuários”. Conforme ressal-

to, os serviços prestados pelas teles no Brasil “estão entre os mais caros do mundo” e lideram o ranking de reclamações registradas pelo Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor.

A comissão deverá analisar ainda o PLS 174/2014, do senador licenciado Eduardo Braga (PMDB-AM), que isenta do IPI, por até dez anos, carros elétricos a bateria ou elétricos híbridos e etanol fabricados no Brasil e equipamentos para recarga das baterias de tração.

A proposta suspende pelo mesmo prazo a cobrança do IPI incidente no desembarço aduaneiro e do Imposto de Importação sobre partes e acessórios importados, sem similar nacional, para fabricação dos veículos e recarga das baterias. O benefício poderá acabar antes dos dez anos caso passem a ser produzidos similares nacionais.

Comissão vota mais 4 textos da reforma política

Na pauta, nova eleição para cargo majoritário que fique vago pela cassação do titular, acesso dos partidos ao tempo de TV e ao Fundo Partidário e redução nos custos de campanha

A COMISSÃO DO Senado encarregada de propor uma reforma política deve votar na terça-feira mais quatro projetos já apresentados pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR). Também começará a analisar propostas conjuntas do Senado e da Câmara dos Deputados.

Segundo Jucá, as negociações com os deputados estão em andamento de forma a possibilitar um consenso sobre projetos da reforma.

— Nós vamos trabalhar neste fim de semana fechando textos conjuntos com a Câmara — contou.

Entre os quatro projetos que devem ser votados, está o que prevê novas eleições se o

eleito para cargo majoritário (prefeito, governador, senador e presidente) for cassado ou perder o mandato por qualquer outro motivo.

A segunda proposta disciplina o acesso dos partidos aos programas de rádio e televisão. Atualmente, os partidos têm direito a um programa em cadeia nacional e um em cadeia regional por semestre, com 20 minutos cada um. Além disso, podem usar até 40 minutos, a cada semestre, em inserções em redes nacionais e igual tempo em redes estaduais.

Pelo projeto, as legendas não terão mais o mesmo tempo, que passará a ser proporcional ao tamanho das bancadas dos partidos na Câmara.



Jorge Viana é o presidente e Romero Jucá, o relator da comissão da reforma política, que busca consenso com a Câmara

O terceiro item da pauta também trata da propaganda no rádio e na TV e traz regras para o acesso aos recursos do Fundo Partidário, que é formado com recursos

da União e tem reservados R\$ 811 milhões para este ano.

O texto diz que somente terão direito a essa verba os partidos com diretórios permanentes em mais da metade

dos municípios. A mesma norma valerá para o tempo em rádio e TV.

A quarta proposta que pode ser votada na terça visa reduzir os custos das campanhas. Entre outros pontos, limita em 20% os gastos com pessoal e proíbe o uso de carros de som.

— Estamos trabalhando com itens visando fortalecer os partidos e diminuir os custos de campanha — disse o presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC).

Barreira a pequenos partidos e fim da reeleição serão debatidos na segunda

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove na segunda-feira audiência para discutir a proposta de reforma política em tramitação na Câmara (PEC 182/2007).

O texto impõe uma cláusula de barreira que retira de partidos sem representação parlamentar o direito a se apresentarem na televisão e no rádio durante a campanha eleitoral.

A PEC, aprovada em primeiro turno na Câmara, acaba com a reeleição para presidente da República, governador e prefeito e estende os mandatos para cinco anos. Os senadores também teriam

redução nos mandatos, que hoje duram oito anos.

Para o debate, foram convidados Cezar Britto, ex-presidente da OAB, e representantes do PSOL, do PCB e do PCO.

Textos da reforma em tramitação
<http://bit.ly/reformaPolitica>

Líderes vão definir votação da redução da maioria, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou na quarta-feira que será dos líderes a decisão sobre o debate a respeito da redução da maioria penal. O Plenário está pronto para votar um projeto do senador José Serra (PSDB-SP), relatado pelo senador José Pimentel (PT-CE). O PLS 333/2015 modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para expandir o regime socioeducativo para jovens infratores. O texto aumenta de três para oito anos o período de internação dos menores que tenham cometido crimes hediondos.

Aloysio Nunes Ferreira

(PSDB-SP) pediu a votação de um requerimento para que o Plenário desarquive uma proposta de emenda à Constituição de autoria dele que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos nos casos de crimes hediondos e com o aval de promotor e juiz especializados na Vara da Infância e Juventude.

Diante da falta de consenso, Renan não descarta criar comissão para debater o tema:

— Temos vários requerimentos propondo a criação de comissões especiais. Na próxima semana, vamos conversar com os líderes e definitivamente adotar um procedimento para



Renan falará com líderes sobre tramitação, que pode incluir comissão especial

a tramitação dessa matéria, que é muito importante.

Lindbergh Farias (PT-RJ) acredita que a comissão espe-

cial encontrará uma solução que não seja a redução da maioria penal.

— O Senado é uma Casa

mais equilibrada, tem a visão de que o caminho não deve ser a redução da maioria penal e que dá para melhorar alguns instrumentos do ECA. A criação da comissão fortalece esse espírito de o Senado ser uma Casa mais ponderada e de que não deve reduzir a maioria. Mas pode propor mudanças pontuais no estatuto.

Jader Barbalho (PMDB-PA) já havia apresentado requerimento de criação de outro colegiado — uma comissão temporária destinada a avaliar o cumprimento do ECA nos estados e municípios, que ainda não teve a indicação dos membros.

Cristovam pede calma para temas relevantes no Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem que a maioria penal e as regras de participação da Petrobras no pré-sal são dois temas que precisam ser debatidos com calma pelos parlamentares, e não votados às pressas.

Para ele, as duas questões têm de passar por comissões para serem debatidas com calma e profundidade antes de irem ao Plenário.

— Precisamos estar atentos e não cair nessa pressa que está fazendo com que nem discutamos projetos, problemas, assuntos de tal gravidade — alertou o senador.



Para Humberto, aprovação na Câmara foi arbitrária

O líder do PT, Humberto Costa (PE), lamentou a violência praticada contra a Constituição por mais de três quintos dos integrantes da Câmara dos Deputados com a aprovação da proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

O texto já havia sido rejeitado em sessão anterior, mas uma proposta alternativa foi aprovada, na avaliação do senador, “de forma arbitrária e de maneira tão ilegal quanto a conduta que os deputados federais favoráveis à proposta querem criminalizar”.



Decisão dos deputados deve ir ao Supremo, espera Lasier

Lasier Martins (PDT-RS) disse esperar que a decisão da Câmara de aprovar a redução da maioria penal vá ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ele afirmou que a votação contrariou a Constituição, que proíbe que proposta de emenda constitucional rejeitada seja novamente votada na mesma legislatura.

Para Lasier, a medida não vai reduzir a criminalidade e solução mais eficaz seria aumentar o tempo em que o jovem que comete crime grave fica internado.

— O que precisamos é mais destinação de verbas para essas casas de tratamento de jovens — disse o senador.



Benedito cita clamor social por soluções contra violência

Benedito de Lira (PP-AL) chamou a atenção para o clamor da sociedade por soluções para a violência, mas ressaltou que, para isso, mais importante que a redução da maioria penal é manter os jovens na escola. Na opinião do senador, o Brasil deve disseminar o ensino em tempo integral como forma de tirar crianças e adolescentes das ruas. Ele criticou as restrições ao trabalho de jovens.

— Eu não sei qual é o crime de fazer com que o jovem de 15, 16, 17, 18 anos possa trabalhar. É crime no Brasil, infelizmente, mas não é crime ele estar na rua, desocupado, guiado pelo tráfico.



Processo de regularização dos produtos, que envolve a Anvisa, o Ibama e o Ministério da Agricultura, foi debatido em comissão

Senadores sugerem que registro de agrotóxicos seja centralizado

SENADORES DEFENDERAM ONTEM na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) a centralização do processo de registro de agrotóxicos para agilizar a aprovação de novos produtos.

— A comissão vai conversar com os ministros das respectivas áreas [Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, Arthur Chioro, da Saúde, e Kátia Abreu, da Agricultura] para encontrar um denominador comum, que pode ser um órgão controlador, uma política controladora ou uma área de governo que tenha a coordenação — explicou Ana Amélia (PP-RS), presidente da CRA.

Hoje, os pedidos de registro passam pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para classificação toxicológica, pelo Ministério da Agricultura, que avalia a eficácia agrônômica, e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que trata do risco ambiental.

O número de profissionais responsáveis pelo trabalho é insuficiente e não acompanha o grande aumento de demanda dos últimos anos, conforme revelaram representantes desses órgãos, que participaram do debate. O resultado é uma longa fila de pedidos e um tempo médio de cinco anos para obtenção de registro, segundo a indústria de agrotóxicos.

Como explicou Márcio Freitas, do Ibama, o aumento do número de pedidos de registro se deve à prática das indústrias de montar um pacote tec-

nológico a ser oferecido ao agricultor, formando um “combo” de herbicidas, fungicidas e outros agroquímicos.

— Isso sobrecarrega de maneira significativa a fila de registros. Nós tivemos nos últimos anos um incremento de mais de 70% das solicitações de registro de agrotóxicos no país e os quadros técnicos responsáveis por essa avaliação se mantiveram com o mesmo número ou, às vezes, até decresceram em relação à situação de quatro anos atrás — contou.

Na avaliação de Waldemir Moka (PMDB-MS), além de aumento de pessoal, a redução da fila de pedidos depende da centralização das decisões em um só órgão.

— Tem que ter uma estrutura que tenha um único comando, senão não vamos resolver o problema — afirmou.

No entanto, Ana Maria Vekic, da Anvisa, observou que na União Europeia o registro de agrotóxicos é tratado por cinco agências e que técnicos do Canadá apontam problemas na estratégia de centralização adotada no país.

— São vários aspectos que precisam ser discutidos, precisamos ouvir as experiências dos outros [países] e analisar o melhor modelo — disse.

Ao concordar que a solução deve nascer de um diálogo com os produtores rurais e os técnicos das pastas envolvidas no registro de agrotóxicos, Donizeti Nogueira (PT-TO) disse ser essencial o aumento do número de

servidores responsáveis pela avaliação de novos produtos.

No debate, Donizeti, Moka e Blairo Maggi (PR-MT) argumentaram que a prioridade no atendimento dos pedidos não deve ser pela ordem de chegada, como é hoje, mas pelas necessidades dos agricultores de combate a novas pragas e doenças que ameaçam a produção.

— Por exemplo, a ferrugem asiática na soja é uma espada na cabeça da agricultura brasileira. Temos dois ou três produtos que ainda suportam um ou dois anos. Se novos produtos não entrarem no mercado, uma safra inteira pode ir embora — alertou Blairo.

A prioridade para as necessidades da agricultura se justifica frente à importância do setor para a economia do país, na avaliação de Ana Amélia.

— A agricultura é a galinha de ovos de ouro da economia. Na situação que estamos hoje, é o único setor que está sendo locomotiva para ainda resolver muitos dos problemas que temos.

Também destacando a importância de proteger as lavouras brasileiras, Julio Sergio de Britto, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, disse ser necessário atender primeiro as indústrias de agrotóxicos do país.

— Até por questão de garantia da oferta do insumo oportunamente, a fim de garantir um abastecimento pela própria indústria nacional e não depender de importações.

Vanessa apoia reivindicações da Amazônia Legal

A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) manifestou apoio aos governadores dos estados da Amazônia Legal que assinaram a Carta de Cuiabá, com reivindicações sobre proteção ambiental e uso das riquezas da região. Segundo ela, o principal pedido é a autonomia para captação de recursos destinados ao desenvolvimento sustentável e ao combate ao desmatamento.

— Deveremos lutar para captar recursos como um reconhecimento do serviço ambiental que prestamos ao Brasil e ao mundo — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Sandra busca solução para recuperar centro de biotecnologia

Sandra Braga (PMDB-AM) propôs que o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) passe para a responsabilidade do Ministério de Ciência e Tecnologia. O órgão, que era gerido pela Suframa, foi assumido no dia 16 pelo Inmetro, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

— Estamos firmemente dispostos a encontrar para o CBA um caminho que o conduza à sua recuperação e garanta o seu importante papel no crescimento econômico e social da nossa região — afirmou a senadora.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Ana Amélia cobra repasse de recursos para as santas casas

Ana Amélia (PP-RS) reclamou que as santas casas e hospitais filantrópicos continuam sem receber do governo o pagamento pelo atendimento de pacientes do SUS. Inclusive, emendas feitas ao Orçamento destinando dinheiro para essas instituições não têm sido liberadas, disse a senadora.

Segundo ela, os hospitais filantrópicos e santas casas recebem 42% do SUS, mas a tabela está defasada. Desde 1994, a tabela teve reajuste de apenas 93%, enquanto o INPC subiu 413%, afirmou:

— Como é que uma instituição vai suportar os custos? Os custos foram crescentes, a única coisa que não cresceu foi a tabela do SUS.



No debate coordenado por Ana Amélia (4ª à esq.), Márcio Freitas (D), do Ibama, lembrou que a demanda por registros cresceu 70% nos últimos anos

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Criação de gado no Centro-Oeste: consumo de carne vai crescer no mundo e é hora de destravar exportações e ampliar mercados, defende o senador

Wellington defende ampliação de exportações para Japão e Rússia

Senador integra comitiva liderada pela ministra da Agricultura que viajou aos dois países com o objetivo de ampliar negócios

O SENADOR WELLINGTON Fagundes (PR-MT) integra, como representante do Senado, a comitiva liderada pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que viajou para o Japão e a Rússia na terça-feira com o objetivo de ampliar a participação do Brasil em dois dos mais importantes mercados internacionais.

Na avaliação de Wellington, a viagem é uma oportunidade para lidar com os interesses do país. Ele acredita que será possível destravar a exportação de carne bovina in natura no Japão e tratar da abertura de uma lista de frigoríficos brasileiros pré-autorizados a exportar para a Rússia. O assunto integra a pauta das reuniões previstas com autoridades e empresários japoneses e russos.

O parlamentar lembrou que o Brasil foi, nos últimos anos, o maior exportador global e possui os maiores rebanhos comerciais do planeta, com cerca de 200 milhões de cabeças bovinas.

— Agora é o momento de ampliar-mos o campo de negócios com esses países, já que o consumo de carne no mundo, nos próximos 50 anos, deve aumentar em mais da metade do que é hoje — ressaltou.

Wellington chamou a atenção para os números da produção de gado em Mato Grosso, ao afirmar que a comitiva buscará ampliar ainda mais a vazão do imenso potencial produtivo do país, em especial de seu estado.

— Mato Grosso é um estado próspero na pecuária, que literalmente coloca

carne nos pratos do mundo todo. No último ano, o estado registrou a maior produção do país, com 1,3 milhão de toneladas de carne, o que representou 16,5% de toda a produção nacional no período — disse o senador, acrescentando que todos os estados ganharão com a iniciativa da ministra.

A exportação de carne também estava na agenda da ministra nos Estados Unidos, na segunda-feira. O país garantiu a liberação da importação de carne in natura de 13 estados brasileiros e do Distrito Federal, encerrando uma restrição de 15 anos. Segundo o ministério, a medida favorecerá 95% da agroindústria exportadora. O senador disse que o objetivo do ministério é persistir na prática da defesa agropecuária de forma permanente. A ministra teria dito que é preciso trabalhar para que o Brasil se situe entre os cinco países do mundo como referência agropecuária.

Investimentos

Wellington deu destaque às reuniões que a comitiva terá com investidores do Japão e também do Japan International Cooperation Agency (Jica), uma espécie de Ministério da Agricultura do Japão. Ele explicou que existe interesse dos japoneses em abrir crédito e financiamento para fomentar investimentos no Brasil. Em Mato Grosso, a perspectiva é para ampliação da produção de milho.

Segundo o senador, haverá palestras com investidores locais e tradings

(empresas que fazem a intermediação entre o exportador e o importador), o que será, disse ele, uma boa chance para conversar sobre investimentos do Japão no Brasil.

Frente parlamentar

Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem (Frenlog), o senador destaca como fundamental a discussão com representantes da China sobre investimento em logística. Os chineses têm-se mostrado como principal parceiro comercial do Brasil. Em maio, o primeiro-ministro, Li Keqiang, esteve em Brasília e assinou acordos econômicos no valor de US\$ 50 bilhões, incluindo o anúncio do projeto da ferrovia que unirá o Brasil ao Pacífico por meio do Peru com o objetivo de facilitar as exportações brasileiras de soja ao Oriente.

— Esperamos nessa viagem articular para que esse protocolo de intenções, não só do governo chinês, mas, quem sabe, de todos os países do Brics, possa vir em investimentos concretos para o Brasil — comentou.

O parlamentar disse que a produção brasileira sofre com as dificuldades de escoamento e que essa viagem é uma oportunidade ímpar de negociar investimentos para uma melhoria da infraestrutura rodoviária, ferroviária e de armazenamento.

(Da assessoria de imprensa de Wellington Fagundes)

Consultorias de Orçamento lançam publicação

Auxiliar senadores, deputados e cidadãos a entenderem melhor a situação fiscal da União é um dos objetivos do *Monitor Fiscal*, publicação mensal lançada esta semana pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara.

A edição deste mês trata, em linguagem simples e de modo rápido, de questões como superávit primário, desempenho do governo federal no período 2014–2015, evolução das receitas primárias e contingenciamento.

— O *Monitor Fiscal* objetiva prover parlamentares, imprensa e sociedade com informações tempestivas e

objetivas sobre a situação fiscal da União, com base nos relatórios oficiais divulgados pelo Poder Executivo — diz o consultor do Senado Paulo Bijos.

A Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado presta consultoria e assessoramento técnico na área de direito financeiro, planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle à Mesa do Senado, às comissões mistas do Congresso, às comissões permanentes do Senado, aos senadores e, eventualmente, à Secretaria-Geral da Mesa e à Diretoria-Geral. A Câmara dos Deputados conta com órgão seme-

lhante, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle.

Os dois órgãos atuam juntos no âmbito da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para sistematizar e efetuar todo o processamento técnico e operacional da programação dos projetos do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei de Orçamento Anual (LOA) e das emendas apresentadas, incluindo a geração de substitutivos e do autógrafa final.

Confira o informativo: <http://bit.ly/monitorfiscal>

Cássio Cunha Lima rebate críticas do líder do PT ao PSDB

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) lamentou as críticas que o líder do PT, Humberto Costa, fez ao PSDB. Para Cássio, ao dizer que o PSDB votou pelo reajuste do Judiciário, mesmo sabendo que a medida prejudicaria as contas públicas, Humberto Costa agiu de forma contraditória. O senador disse que, na votação da proposta, Humberto liberou a bancada do PT e o resultado foi a aprovação do reajuste por unanimidade.

Cássio afirmou que o país está dividido: de um lado, está o governo apodrecido; do outro, “o lado do povo”, está o PSDB. O senador voltou a defender a renúncia da presidente da República e a convocação de novas eleições presidenciais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Donizeti Nogueira condena oposição por torcer pelo pior

O senador Donizeti Nogueira (PT-TO) afirmou ontem em Plenário que setores da oposição querem que o Brasil passe por dificuldades para que o governo da presidente Dilma Rousseff seja enfraquecido.

Para o senador, os partidos de oposição estão com medo de perder novamente uma eleição presidencial em 2018. Ele reconheceu que o governo Dilma tem limitações e problemas, mas acrescentou que a oposição faz críticas injustas.

— Não venham me falar aqui de roubalheira, porque são favorecidos pela roubalheira nesse país há muitos anos. No governo que governaram, compraram a reeleição — disse o senador.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Hélio José registra pesquisa dos EUA sobre energia solar

Hélio José (PSD-DF) elogiou pesquisa da Universidade da Califórnia (EUA), voltada para a criação de uma tecnologia que permite a disseminação e o barateamento da energia solar. Segundo ele, os cientistas propõem substituir o silício, elemento caro utilizado nos painéis, por materiais plásticos que imitam o processo usado pelas plantas para obter a energia a partir do sol.

Hélio José explicou que isso permitiria aos painéis armazenar energia por muitas semanas. Hoje, isso só pode ser feito por poucos segundos.

— Essa possibilidade já foi comprovada em laboratório. O próximo passo é converter esse avanço científico em tecnologia aplicada, produzindo painéis solares comerciais mais baratos e eficientes que os atuais.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Comissão aprova projeto da Lei de Migração

Proposta, que regula entrada de estrangeiros no país e fixa normas de proteção ao emigrante brasileiro, substitui o Estatuto do Estrangeiro, adotado durante regime militar

O BRASIL PODERÁ ter em breve uma Lei de Migração para substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/1980), adotado durante o regime militar. Com 11 capítulos e 118 artigos, a proposta que regula a entrada de estrangeiros no país e estabelece normas de proteção ao emigrante brasileiro foi aprovada ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

De autoria do presidente da CRE, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 288/2013 seguirá diretamente para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário. O relator da proposta foi Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que, no turno suplementar, rejeitou 18 emendas, aprovou 4 e acolheu 2 parcialmente.

O projeto reduz a burocracia na concessão de vistos no Brasil para investidores, estudantes e acadêmicos. Pesquisador estrangeiro sem vínculo empregatício com instituições brasileiras terá visto temporário para exercer as atividades. O texto beneficia também estudantes que trabalham nas férias, ao revisar as categorias de vistos conforme nomenclatura internacional.

A proposta desburocratiza o deslocamento de “residentes fronteiriços”, que trabalham no Brasil, mas conservam residência no país vizinho, e protege o apátrida, indivíduo que não é titular de nenhuma nacionalidade, em consonância com acordos internacionais.

O PLS 288/2013 estende a possibili-



Aloysio Nunes Ferreira, presidente da CRE e autor do texto, fala com Flexa Ribeiro durante a reunião

dade de concessão de visto humanitário ao cidadão de qualquer nacionalidade. Em resolução de 2012, o governo brasileiro concedeu esse benefício aos haitianos, que haviam sofrido com um terremoto no país dois anos antes. Como eles não se enquadravam nas possibilidades de concessões de refúgio — por não serem vítimas de perseguições políticas ou oriundas de nações em guerra civil —, a categoria especial foi aberta.

De acordo com o projeto da Lei de Migração, o benefício agora “poderá ser concedido ao natural de qualquer país em situação reconhecida de instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidades de grandes proporções e de graves violações dos direitos humanos”, garantindo a concessão de visto temporário para quem buscar asilo no Brasil. O projeto veta

a concessão de asilo a quem tenha cometido crimes de genocídio, contra a humanidade ou de guerra.

Crimes e penalidades

Nos 118 artigos, o projeto trata de assuntos como situação documental do imigrante; registro e identidade civil; controle migratório; repatriação, deportação e expulsão; opção de nacionalidade e naturalização; direitos do emigrante brasileiro; medidas de cooperação, como extradição, transferência de execução de pena e transferência de pessoas condenadas; e infrações e penalidades administrativas.

Além disso, tipifica como crime a ação de pessoas que promovam a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro. A pena prevista é de reclusão de dois a cinco anos, além de

multa. A pena poderá ser aumentada (de um sexto a um terço) se a vítima for submetida a condições desumanas ou degradantes.

Emenda do senador Lasier Martins (PDT-RS), acolhida pelo relator e pela comissão, acrescenta o terrorismo ao conjunto de atividades que o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá descaracterizar como crime político para fins de extradição.

A proposta assegura aos brasileiros que residam no exterior e desejem retornar ao Brasil a possibilidade de trazer bens sem a necessidade de arcar com taxas aduaneiras ou de importação. O projeto também permite a esse cidadão, que tenha trabalhado no exterior, contribuir de forma retroativa para a Previdência Social como segurado facultativo.

Durante a discussão da proposta, Ricardo Ferraço destacou a existência de novo ciclo de migrações internacionais. Segundo o senador, um número altíssimo de pessoas se desloca hoje em busca de melhores condições de vida, devido a conflitos armados, regimes ditatoriais e desastres naturais.

— Não podemos fechar os olhos para isso, a exemplo do que ocorre no Mediterrâneo hoje — comentou.

Aloysio Nunes disse que o regime jurídico para estrangeiros apresenta defasagem evidente, “já que, à época em que foi concebido, no início dos anos 80, ainda estávamos em período autoritário e com grandes preocupações de segurança nacional, o que se refletiu na regulação jurídica”.

Líderes vão marcar data para criar CPI do BNDES

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou na quarta-feira que definirá com os líderes partidários uma data para leitura em Plenário do requerimento que cria a CPI do BNDES. Proposta pelo senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), a CPI já foi protocolada, mas ainda aguarda o anúncio

oficial, a partir do qual os partidos poderão indicar os representantes.

O principal motivo para o pedido de criação da CPI é a falta de transparência dos investimentos do BNDES. Senadores já criticaram em Plenário informações de que o banco cobra, no exterior, taxas de juros inferiores às

praticadas no Brasil: de 4,44% a 6,91% anuais no empréstimo para a construção do Porto de Mariel, em Cuba. No Brasil, o juro médio é de 6% ao ano, mais taxa de risco.

Um projeto apresentado por Reguffe (PDT-DF), PLS 261/2015, proíbe o BNDES de conceder crédito a projetos em outros países.



Ronaldo Caiado é o autor do pedido para o Senado investigar o banco oficial

Raupp ressalta importância das exposições agropecuárias

Valdir Raupp (PMDB-RO) falou em Plenário da importância das exposições agropecuárias para o estado dele. O senador afirmou que os eventos refletem a riqueza de Rondônia e o espírito acolhedor do povo.

Ele citou uma série de feiras e exposições, marcadas para o período entre junho e setembro, que atraem público cada vez maior e estimulam



negócios ligados à produção rural. Raupp disse que Rondônia tem crescido acima da média nacional e, contrariando as expectativas negativas para o país, deve registrar este ano crescimento de 5% no PIB.

— Além de movimentar a economia de diferentes regiões do estado, [as exposições] proporcionam lazer e diversão para toda a população — disse o senador.

Reguffe defende isenção de impostos para remédios

Reguffe (PDT-DF) defendeu a isenção de impostos para remédios. Hoje esses encargos representam 35% do preço do produto. Também fez um apelo ao governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, para que isente o ICMS os remédios vendidos na capital.

Reguffe disse que, por sugestão dele, a isenção foi incluída no plano proposto por Rollemberg na campanha eleitoral,



mas até agora a medida não foi implementada porque o governo alega problemas de caixa.

O senador propõe que o governo devolva ao consumidor, no ano seguinte, o valor referente ao ICMS, equivalente a 17% do preço dos remédios no DF.

— Só quem compra um volume enorme de remédios sabe a dificuldade que é comprá-los. Cabe ao governo agir para tornar isso mais acessível.

Medeiros diz que demora do Inca causa revolta em Mato Grosso

José Medeiros (PPS-MT) criticou a falta de estrutura do Inca em Mato Grosso. Segundo ele, isso resulta

em demora na regularização de assentamentos e na crescente revolta dos movimentos de trabalhadores rurais.

O senador classificou o Inca do estado como “capenga” e chamou a atenção para as manifestações de assentados que fecham rodovias mato-grossenses, impedindo



o transporte de soja.

Em Mato Grosso, há 430 assentamentos, mas, disse, a falta de planejamento leva os trabalhadores a depender de ajuda do governo.

— Assim como precisamos planejar estradas e portos, precisamos planejar assentamentos. Não tem como simplesmente pegarmos parte de uma favela da cidade e transformar numa favela no campo.